Nº 74/2026

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Ex.ª, com base no art. 101 do Regimento Interno, que seja ouvido o Plenário, Requerimento requerendo informações e documentos sobre:

a. **O quantitativo e descritivo discriminado por item de gastos realizados em Shows e Atrações para as festividades municipais de qualquer natureza no período de Janeiro/2025 a Novembro/2026**.

b. **O quantitativo e descritivo discriminado por item de gastos realizados em locação de palcos, som, iluminação, segurança, banheiros, publicidade e infraestrutura para as festividades municipais de qualquer natureza no período de Janeiro/2025 a Novembro/2026**.

c. **O quantitativo e descritivo discriminado por item de gastos realizados em fomentos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e em Parcerias Público Privadas (PPP) para as festividades municipais de qualquer natureza no período de Janeiro/2025 a Novembro/2026**.

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente,

O presente requerimento de informações tem por escopo subsidiar a atuação fiscalizatória desta Casa Legislativa sobre a **aplicação de recursos públicos em festividades municipais no período de janeiro de 2025 a novembro de 2026**, abrangendo três eixos sensíveis:

- **Contratação de shows e atrações artísticas.**
- **Locação de infraestrutura de eventos.**
- **Fomento a OSCIPs e Parcerias Público-Privadas**.

A pertinência do pedido decorre do dever constitucional de transparência que vincula a Administração Pública, consubstanciado no princípio da publicidade (art. 37, caput, da Constituição Federal) e regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que impõe ao **Executivo o dever de prestar informações de interesse coletivo**, cabendo ao Legislativo requisitá-las no exercício do **controle externo**.
No mérito, os gastos com festividades têm sido objeto de crescente preocupação por parte dos órgãos de controle, que alertam para a necessidade de observância da **compatibilidade dessas despesas com a realidade financeira do município**, não podendo comprometer a **execução de políticas públicas essenciais nas áreas de saúde, educação e assistência social** . A ausência de critérios objetivos e de transparência na contratação de artistas e na locação de estruturas de palco, som e iluminação é apontada como foco recorrente de irregularidades, especialmente, onde a contratação direta por inexigibilidade pode encobrir valores incompatíveis com o mercado.

Especificamente quanto ao fomento a OSCIPs e Parcerias Público-Privadas para festividades —, a requisição se justifica pela necessidade de verificar a **regularidade na transferência de recursos públicos** a entidades privadas e a existência de contrapartidas efetivas em favor do interesse coletivo, pois a ausência de clareza sobre esses repasses compromete a legitimidade democrática da despesa e dificulta o controle social e a avaliação de resultados.
Diante do exposto, e considerando a competência regimental desta Casa para requisitar informações ao Executivo, requer-se o deferimento do presente pedido.

Plenário Milton Gomes Santana, 17 de Novembro de 2026

Jaqueline Arimura
Vereador(a) - PT